

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.147/2014**

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social a entidades e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo Municipal de Barra do Bugres autorizado a conceder subvenção social as entidades abaixo elencadas:

<b>ENTIDADE</b>	<b>CNPJ</b>	<b>VALOR</b>
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Monte Alegre – Comunidade PA Cabaças	11.208.736/0001-76	13.872,00
Central das Associações do Assentamento Antônio Conselheiro – CENTAAC (saúde)	08.827.559/0001-00	19.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>33.072,00</b>

**Art. 2º** - O valor dos recursos financeiros a serem repassados, é de R\$ 33.072,00 (trinta e três mil e setenta e dois reais), e serão divididos em 04 (quatro) parcelas mensais, diretamente à beneficiária, na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

**Art. 3º** - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para a realização de serviços de transporte de pacientes para atendimento de urgência e emergência.

**Art. 4º** - Para atender as despesas de que trata esta Lei serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2014, conforme orçamento vigente.

**Art.5º** - As Associações favorecidas por esta Lei deverão apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos recebidos, até o recebimento da primeira parcela.

**Art. 6º** - Para celebração e prestação de contas de convênio a conveniente deverá obedecer além do disposto nesta lei o que concerne a legislação Municipal, Estadual e Federal para o assunto em pauta, especialmente apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal.

**Art. 7º** - As Associações favorecidas por esta lei deverão prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

**§ 1º** - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

- I - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;
- II - Anexos previstos na lei municipal 1.970/2011;
- III - Fotocópias dos documentos suportes de despesa;
- IV - Devolução de saldo devedor se houver.

**§ 2º** - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

**Art. 8º** - Aplica-se a esta Lei e aos subvencionados, no que couber, as regras da Lei 1.970/2011.

**Art. 9º** – O Auxílio financeiro de que trata esta lei terá vigência até o dia 31/12/2014.

**Art.10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2014.

**JÚLIO CÉSAR FLORINDO**  
Prefeito Municipal